



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

ACÓRDÃO

RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600016-56.2020.6.19.0230 - Rio de Janeiro - RIO DE JANEIRO

RELATOR: DESEMBARGADOR ELEITORAL RICARDO ALBERTO PEREIRA

RECORRENTE: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

Advogados do RECORRENTE: MARLIO DE ALMEIDA NOBREGA MARTINS - SP0238513, DIEGO COSTA SPINOLA - SP0296727, RODRIGO RUF MARTINS - SP287688, RAMON ALBERTO DOS SANTOS - SP346049, DENNY MARCELO ANTONIALI - SP290459, DANIELLE DE MARCO - SP311005, PRISCILA PEREIRA SANTOS - SP0310634, PRISCILA ANDRADE - SP0316907, NATALIA TEIXEIRA MENDES - SP0317372, RODRIGO MIRANDA MELO DA CUNHA - SP0266298, CARINA BABETO CAETANO - SP0207391, JANAINA CASTRO FELIX NUNES - SP0148263, CELSO DE FARIA MONTEIRO - CE0145559A

RECORRIDO: RENATA DA SILVA SOUZA

Advogados da RECORRIDO: LUCAS ANASTACIO MOURAO - RJ0187504, EDUARDO MEDEIROS DE ALMEIDA - RJ0202067, RAFAEL RODRIGO DE SOUTO FERREIRA - RJ0200525, RODRIGO BURGOS DE AZEVEDO MANGABEIRA - RJ0173015, DIOGO JOSE DA SILVA FLORA - RJ0186729, DANIEL BEZERRA DE OLIVEIRA - RJ0155192, ANDRE LUIZ DE CARVALHO MATHEUS - RJ0190183

EMENTA

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO PARA REMOÇÃO DE PERFIL FALSO DA REDE SOCIAL INSTAGRAM E REQUISIÇÃO JUDICIAL DE DADOS DE ACESSO E PESSOAIS. CUMPRIMENTO DE DECISÃO LIMINAR QUE DETERMINOU REMOÇÃO DO PERFIL FALSO. DETERMINAÇÃO, NA SENTENÇA, DE FORNECIMENTO DE DADOS DE REGISTRO, DE ACESSO E PESSOAIS. MARCO CIVIL DA INTERNET. OBRIGATORIEDADE, PELOS PROVEDORES DE APLICAÇÃO DA INTERNET, DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE REGISTRO E DE ACESSO. PROVIMENTO DO RECURSO.

I- Cinge-se a controvérsia em aferir se haveria possibilidade jurídica da empresa Facebook Serviços Online do Brasil Ltda cumprir a decisão judicial proferida pela juízo da 230ª Zona Eleitoral que determinou o fornecimento de dados cadastrais do usuário que criou perfil falso da recorrida Renata da Silva Souza na plataforma Instagram.



II- Na inicial da representação para remoção do falso perfil ID 14987459, a representante, ora recorrida, fez a requisição judicial de dados e de registros eletrônicos, com fundamento nos arts. 39 e 40 da Resolução TSE nº 23.610/2019.

III. Por entender preenchidos os requisitos para a concessão da medida pretendida, no que tange aos requisitos exigidos no art. 40, I, II e III da Resolução TSE 23.610/2019, o juiz eleitoral julgou procedente o pedido, sob o fundamento de *que “os provedores de aplicação da internet (FACEBOOK e INSTAGRAM) tem pela redação do artigo 37 da resolução 23610/19 a obrigação de armazenar os dados de registro e acesso, o que por consequência acarreta a procedência do pedido para o cumprimento da obrigação de fazer pela ré”, e determinou que “sejam apresentados pelo representado, em prazo razoável a ser designado, os **dados essenciais à identificação do responsável pelo perfil falso**, tais como: nome completo, RG, CPF, endereço residencial, IP (internet protocol) ou IDs de computadores ou smartphones utilizados para gerir o perfil falso, na forma da Lei 12.965/2014.”*

IV- Todavia, a Lei nº 12.965/2014, denominada Marco Civil da Internet, tão somente estipula a obrigatoriedade dos provedores de aplicação de internet a armazenarem registros de acesso. Inteligência do art. 15 do referido Diploma Legal.

V- Com efeito, a lei em apreço, ao disciplinar o uso da Internet no Brasil, estabeleceu, no art. 3º dentre outros, três importantes princípios: garantia da liberdade de expressão, proteção da privacidade e proteção dos dados pessoais.

VI- Evidencia-se, nesse esteio, que o Marco Civil da Internet, ao exigir a guarda e o armazenamento de dados de acesso, mas não de dados pessoais, pelos provedores de aplicação da Internet, almejou resguardar a privacidade dos usuários, e, concomitantemente, garantir a vedação do anonimato em publicações de cunho ofensivo e de utilização de falsos perfis nas redes sociais.

VII- No caso dos autos, em que foi criado um perfil falso no instagram da recorrida, com a utilização do seu nome e da sua foto, houve a devida remoção, pelo recorrente após a determinação judicial (ID 14987659), com espeque no art. 30, §2º da Resolução TSE nº 23.610/2019, o qual preconiza que a liberdade de expressão encontra limites na vedação ao anonimato e no respeito aos direitos da honra. Por conseguinte, aqueles que tenham sido ofendidos por meio de publicações em redes sociais ou por criação de perfil falso, possuem, além do direito à remoção de conteúdos ofensivos, o direito de, mediante ordem judicial, obterem dados necessários para identificação dos usuários, para que possam, contra eles, tomar as medidas judiciais cabíveis.

VIII- Sobreleva destacar que após a decisão que deferiu a liminar, o recorrente removeu o perfil falso “renatashowsario” da plataforma instagram, insurgindo-se, no presente recurso interposto tão somente em relação ao fornecimento de dados cadastrais de usuários.

IX- Com efeito, a Lei nº 12.965/2014, denominada Marco Civil da Internet, tão somente estipula a obrigatoriedade dos provedores de internet a armazenarem registros de conexão e de acesso, mas não dados cadastrais, entendimento que encontra-se consolidado na jurisprudência do STJ, de forma a garantir a vedação do anonimato, resguardando a privacidade dos usuários

X- O Decreto nº 8.771/2016, que estabelece procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações e medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública, prevê a não obrigatoriedade da coleta e do fornecimento de dados cadastrais dos usuários pelos



provedores de internet. Ainda, prevê a retenção da menor quantidade possível de dados pessoais, comunicações privadas e registros de conexão e acesso a aplicações. Inteligência dos arts. 11 e 13 §2º.

XI- Da leitura dos dispositivos em comento, é seguro afirmar que o armazenamento de dados pessoais não é obrigação imposta aos provedores de aplicação da internet, não sendo exigível, por consequência, o fornecimento desses dados, mas tão somente dos registros de acesso.

XII- Nesse esteio, já tendo o recorrente informado os dados de acesso e de conexão (ID 14988659), há a possibilidade de identificação dos usuários, sendo despiendo o fornecimento de dados pessoais, cujo armazenamento não é imposto pelo Marco Civil da Internet, de modo que a obrigação, estipulada na sentença, de fornecimento de dados pessoais (RG, CPF, endereço residencial, IDs de computadores ou smartphones utilizados para gerir o perfil falso) é inexigível.

XIII- Provimento do recurso que se impõe.

ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, NOS TERMOS DA DECISÃO QUE SEGUE:

POR UNANIMIDADE, PROVEU-SE O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Relatório

Trata-se de recurso eleitoral interposto por **Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.**, contra sentença proferida pelo Juízo da 230ª Zona Eleitoral, que julgou procedente o pedido formulado em representação ajuizada por **Renata da Silva Souza**, e que determinou a *“apresentação pelo representado, em prazo razoável a ser designado, os dados essenciais à identificação do responsável pelo perfil falso, tais como: nome completo, RG, CPF, endereço residencial, IP (internet protocol) ou IDs de computadores ou smartphones utilizados para gerir o perfil falso, na forma da Lei 12.965/2014”*, sob pena de multa única no valor de R\$ 50.000,00.

Em suas razões impugnativas, aduz o recorrente que os dados referidos no r. *decisum* recorrido *“não é requerido para cadastro no serviço Facebook e Instagram e não é armazenado pelos servidores controlados pelo Operador dos serviços Facebook e Instagram; e, juridicamente, porque a lei NÃO exige o armazenamento de tais dados pelos provedores de aplicações à Internet”*. Desta feita, entende tratar-se de pedido material e juridicamente impossível, motivo por que requer a reforma da sentença.

Contrarrazões da recorrida, pugnando pela manutenção do julgado ao argumento de que o recorrente tem acesso aos dados cadastrais completos de seus usuários, além de informações como *“o User Neoprint’ (visão expandida do perfil), ‘User Contact Info’ (todas as informações do usuário; ‘basic subscriber information’) como, por exemplo, dados qualificativos (se disponíveis), endereços (se indicado pelo usuário do perfil), telefones, contas de e-mail, website), ‘IP Logs’ (registros de acesso, vale dizer, endereços de IP do*



usuário acompanhados nas respectivas portas lógicas de origem, e Endereço Media Access Control -MAC da placa de rede da estação, no momento do cadastro inicial na rede social; 'transactional records'), além das publicações questionadas (postagens em sua "Linha do Tempo"; Time Line', na página do perfil), com indicação de "curtidas" ('Like') realizadas, e seu compartilhamento. Bem como dados cadastrais completos: Endereço de IP e porta lógica de origem coletados quando da criação da conta ou perfil; Logs de endereços de IP e respectivas portas lógicas de origem, retroativamente à data da publicação".

Parecer recursal do *Parquet* em atuação junto à 230ª Zona Eleitoral manifestando-se pelo provimento do recurso, na medida em que não há obrigação legal de armazenamento de outros dados que não o registro de acesso do usuário, informação que compreende o endereço de IP, data e hora do acesso. Ademais, esses dados seriam *"plenamente suficientes para permitirem a identificação de usuários na internet, porque a partir deles, é possível identificar os provedores de conexão"*.

A d. Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se, igualmente, pelo provimento do recurso, reiterando os argumentos esposados pelo d. Ministério Público Eleitoral de 1ª Instância.

É o relatório.

VOTO

Cinge-se a controvérsia em aferir se haveria possibilidade jurídica da empresa Facebook Serviços Online do Brasil Ltda cumprir a decisão judicial proferida pelo juízo da 230ª Zona Eleitoral que determinou o fornecimento de dados cadastrais do usuário que criou perfil falso da recorrida Renata da Silva Souza na plataforma Instagram.

Na inicial da representação para remoção do falso perfil ID 14987459, a representante, ora recorrida, fez a requisição judicial de dados e de registros eletrônicos, com os seguintes argumentos:

"Cumpre, ainda, ressaltar que, além da remoção do referido conteúdo, a Lei eleitoral garante a possibilidade de identificação do usuário de aplicação de internet ofensor, mediante a requisição de informações ao provedor da referida aplicação virtual, o que se faz necessário nesta lide.

Tendo em vista a identidade do ofensor ser ainda desconhecida, certo é que deve intervir o Poder Judiciário para superar esta inópia, trazendo à luz a verdadeira autoria das inverdades ou ofensas perpetradas, conforme regulamenta a Lei. Para isso, dispõe de ferramentas e prerrogativas que lhe foram conferidas pela legislação eleitoral, em especial nos artigos. 39 e 40 da Resolução nº 23.610/2019.

(...)

"a Lei nº 12.965/2014, em seu artigo 22, prevê a possibilidade de identificar uma pessoa pelo fornecimento dos seus registros de conexão e de acesso a aplicações de internet. O representante tem o direito de acessar essas informações para buscar não só o restabelecimento da ordem jurídica na esfera eleitoral, como também em outras searas jurisdicionais (artigo 23 da



Resolução TSE 23.610 de 2019). E, para dar solução terminativa ao problema, faz-se necessário identificar também os IPs de eventuais computadores e notebooks utilizados, assim como os IDs de eventuais smartphones utilizados para a criação, manutenção e divulgação do perfil ou publicação ilícita mencionada, a fim de tornar possível a responsabilização civil e criminal do verdadeiro autor. Isto, entretanto, só poderá ser alcançado com a atuação da Justiça Eleitoral para este fim, já que é perante ela que se apresenta esta demanda de remoção de conteúdo. (...) A utilidade dos dados ora requeridos para fins de instrução probatória em outras searas jurídicas é fato indubitável. Conhecer a identidade da pessoa que simula ser o representante ou que o ofende com publicações ilícitas vai permitir que o mesmo vá à justiça cível ou criminal, se for o caso, para pedir e alcançar a legítima aplicação da lei. Inequivoca, portanto, a utilidade dos dados ora requeridos."

Acerca da matéria, transcrevo os artigos pertinentes da Resolução TSE nº 23.610/2019:

"Art. 39. O provedor responsável pela guarda somente será obrigado a disponibilizar os registros de conexão e de acesso a aplicações de internet, de forma autônoma ou associados a dados cadastrais, a dados pessoais ou a outras informações disponíveis que possam contribuir para a identificação do usuário, mediante ordem judicial, na forma prevista nesta Seção (Lei nº 12.965/2014, art. 10, caput e § 1º).

Art. 40. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz eleitoral que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento dos dados constantes do art. 39 desta Resolução (Lei nº 12.965/2014, art. 22).

§ 1º Sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade (Lei nº 12.965/2014, art. 22, parágrafo único):

I - fundados indícios da ocorrência do ilícito de natureza eleitoral;

II - justificativa motivada da utilidade dos dados solicitados para fins de investigação ou instrução probatória;

III - período ao qual se referem os registros.

§ 2º A ausência de identificação imediata do usuário responsável pela divulgação do conteúdo não constitui circunstância suficiente para o deferimento liminar do pedido de quebra de sigilo de dados.

§ 3º A ordem judicial que apreciar o pedido deverá conter, sob pena de nulidade, fundamentação específica quanto ao preenchimento de todos os requisitos legais previstos nos incisos I a III do § 1º deste artigo.

Art. 41. Aplicam-se a esta Resolução, no que couber, as disposições previstas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). "

Nessa senda, entendendo preenchidos os requisitos para a concessão da medida pretendida, no que tange aos requisitos exigidos no art. 40, I, II e III da Resolução TSE 23.610/2019, o juiz eleitoral julgou procedente o pedido, sob o fundamento de que " os provedores de aplicação da internet



(FACEBOOK e INSTAGRAM) tem pela redação do artigo 37 da resolução 23610/19 a obrigação de armazenar os dados de registro e acesso, o que por consequência acarreta a procedência do pedido para o cumprimento da obrigação de fazer pela ré.”

No dispositivo, foi determinado que *“sejam apresentados pelo representado, em prazo razoável a ser designado, os **dados essenciais à identificação do responsável pelo perfil falso**, tais como: nome completo, RG, CPF, endereço residencial, IP (internet protocol) ou IDs de computadores ou smartphones utilizados para gerir o perfil falso, na forma da Lei 12.965/2014. Fixo o prazo de 48 horas a contar da data da intimação sob pena de multa no valor de R\$ 50.000,00.”*

Todavia, a Lei nº 12.965/2014, denominada Marco Civil da Internet, tão somente estipula a obrigatoriedade dos provedores de aplicação de internet a armazenarem registros de acesso. Confira-se dispositivos pertinentes:

“Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

(...)

VIII - registros de acesso a aplicações de internet: o conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP.

(...)

“Art. 15. O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do regulamento.

*§ 1º Ordem judicial poderá obrigar, por tempo certo, os provedores de aplicações de internet que não estão sujeitos ao disposto no **caput** a guardarem registros de acesso a aplicações de internet, desde que se trate de registros relativos a fatos específicos em período determinado.*

*§ 2º A autoridade policial ou administrativa ou o Ministério Público poderão requerer cautelarmente a qualquer provedor de aplicações de internet que os registros de acesso a aplicações de internet sejam guardados, inclusive por prazo superior ao previsto no **caput**, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 13.*

§ 3º Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente dos registros de que trata este artigo deverá ser precedida de autorização judicial, conforme disposto na Seção IV deste Capítulo.”

§ 4º Na aplicação de sanções pelo descumprimento ao disposto neste artigo, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.”

Art. 22. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o



fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet.

Parágrafo único. Sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade: I - fundados indícios da ocorrência do ilícito; II - justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória; e III - período ao qual se referem os registros.”

Com efeito, a lei em apreço, ao disciplinar o uso da Internet no Brasil, estabeleceu, dentre outros, três importantes princípios: garantia da liberdade de expressão, proteção da privacidade e dos dados pessoais:

“Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:

I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;

II - proteção da privacidade;

III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei.”

Evidencia-se, nesse esteio, que o Marco Civil da Internet, ao exigir a guarda e o armazenamento de dados de acesso, mas não de dados pessoais, pelos provedores de aplicação da Internet, almejou resguardar a privacidade dos usuários, e, concomitantemente, garantir a vedação do anonimato em publicações de cunho ofensivo e de utilização de falsos perfis nas redes sociais.

Nessa linha, bem destacou a Procuradoria Regional Eleitoral (ID 162326459) que *“o provedor tem dever legal de armazenar e fornecer, sempre que demandado, apenas a identificação do IP, a data, a hora GMT, o email, o nome de usuário ou seu apelido, na forma do que determina o artigo 15 do MCI, dados estes que são suficientes para se identificar o usuário. Uma vez informado o IP pelo Facebook, a operadora de telefonia é que, com aquela informação, poderá dar o nome completo e endereço do usuário/ cliente daquela operadora e que paga pelo acesso à internet, nos termos do art. 13 do MCI.”*

Com efeito, estipula o art. 13 do Marco Civil da Internet que:

“Art. 13. Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do regulamento.

§ 1º A responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros.

§ 2º A autoridade policial ou administrativa ou o Ministério Público poderá requerer cautelarmente que os registros de conexão sejam guardados por prazo superior ao previsto no caput.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a autoridade requerente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do requerimento, para ingressar com o pedido de autorização judicial de acesso aos registros previstos no caput.

§ 4º O provedor responsável pela guarda dos registros deverá manter sigilo em relação ao requerimento previsto no § 2º, que perderá sua eficácia caso o



pedido de autorização judicial seja indeferido ou não tenha sido protocolado no prazo previsto no § 3º.

§ 5º Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente dos registros de que trata este artigo deverá ser precedida de autorização judicial, conforme disposto na Seção IV deste Capítulo.

§ 6º Na aplicação de sanções pelo descumprimento ao disposto neste artigo, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.”

No caso dos autos, em que foi criado um perfil falso no instagram da recorrida, com a utilização do seu nome e da sua foto, houve a devida remoção, pelo recorrente, após a determinação judicial (ID 14987659), com espeque no art. 30, §2º da Resolução TSE nº 23.610/2019 que estabelece o seguinte:

“Art. 30. É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da internet, assegurado o direito de resposta, nos termos dos arts. 58, § 3º, IV, alíneas a, b e c, e 58-A da Lei nº 9.504/1997, e por outros meios de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica e mensagem instantânea (Lei nº 9.504/1997, art. 57-D, caput).

§ 1º A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) (Lei nº 9.504/1997, art. 57-D, § 2º).

§ 2º Sem prejuízo das sanções civis e criminais aplicáveis ao responsável, a Justiça Eleitoral poderá determinar, por solicitação do ofendido, a retirada de publicações que contenham agressões ou ataques a candidatos em sítios da internet, inclusive redes sociais (Lei nº 9.504/1997, art. 57-D, § 3º).

Dessume-se, da norma em apreço, que a liberdade de expressão encontra limites na vedação ao anonimato e no respeito aos direitos da honra. Por conseguinte, aqueles que tenham sido ofendidos por meio de publicações em redes sociais ou por criação de perfil falso, possuem, além do direito à remoção, o direito de, mediante ordem judicial, obterem dados necessários para identificação dos usuários, para que possam, contra eles, tomar as medidas judiciais cabíveis.

Nessa linha, colaciono precedentes do TSE:

“ELEIÇÕES 2018. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. INTERNET. PUBLICAÇÃO. REDE SOCIAL. IMPULSIONAMENTO. PESSOA NATURAL. VEDAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

1. A ressalva de impedimento para utilização do impulsionamento por pessoas naturais está relacionada à necessidade de controle dos gastos de campanha, de modo a possibilitar a fiscalização, pela Justiça Eleitoral, das quantias destinadas por cada candidato.

2. Os elementos que levam ao entendimento de que determinada publicação configura propaganda eleitoral são, dentre outros, a forma ostensiva de



promover o candidato, bem como a demonstração do vínculo existente entre o usuário da aplicação da Internet e o conteúdo divulgado, por meio de contratação de impulsionamento eletrônico ou link patrocinado, realizada com a intenção de difundir uma candidatura.

3. Em relação a alegação de prévio conhecimento do beneficiário, não há prova nos autos que demonstre nexo de causalidade entre o candidato ou pessoas ligadas a ele e a divulgação da propaganda.

4. O fornecimento de dados no âmbito das representações eleitorais abrange as informações relacionadas ao registro do número de IP (Internet Protocol), acompanhada da data e hora do acesso em que utilizada determinada aplicação de Internet, o que viabilizaria futura identificação do usuário responsável pela publicação do conteúdo danoso. Assim, na controvérsia envolvendo publicação de cunho eleitoral promovida por pessoa natural, qualificada pelo impulsionamento de conteúdos - exatamente como ocorre na hipótese dos autos -, o enfoque pelo qual deve se pautar esta Justiça especializada é o de contenção de danos, atuando prontamente na remoção do ilícito, aplicando, inclusive e se for o caso, a sanção de multa ao responsável pela divulgação e, quando comprovado o prévio conhecimento, também ao beneficiário (art. 57-D, § 1º, da Lei nº 9.504/1997). As demais esferas de responsabilização devem ficar, se for o caso, para serem apuradas em procedimentos próprios.

5. Pedidos parcialmente procedentes, para confirmar os efeitos da tutela de urgência deferida e para acolher a pretensão relacionada à condenação do representado ao pagamento de multa.

(Representação nº 060096323, Acórdão, Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 13/09/2018)

Cumpre ressaltar que a Lei nº 12.965/2014, denominada Marco Civil da Internet, tão somente estipula a obrigatoriedade dos provedores de internet a armazenarem registros de conexão e de acesso, mas não de dados cadastrais, entendimento que encontra-se consolidado na remansosa jurisprudência do STJ, de forma a garantir a vedação do anonimato, resguardando a privacidade dos usuários. Confira-se:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO ELETRÔNICO E RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. PROVEDOR DE BUSCA NA INTERNET SEM CONTROLE PRÉVIO DE CONTEÚDO. ORKUT. MENSAGEM OFENSIVA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. INÉRCIA DO PROVEDOR DE BUSCA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA CARACTERIZADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Este Tribunal Superior, por seus precedentes, já se manifestou no sentido de que: I) o dano moral decorrente de mensagens com conteúdo ofensivo inseridas no site por usuário não constitui risco inerente à atividade desenvolvida pelo provedor da internet, porquanto não se lhe é exigido que proceda a controle prévio de conteúdo disponibilizado por usuários, pelo que não se lhe aplica a responsabilidade objetiva, prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/2002; II) a fiscalização prévia dos conteúdos postados não é atividade intrínseca ao serviço prestado pelo provedor no Orkut.

2. A responsabilidade subjetiva do agravante se configura quando: I) ao ser comunicado de que determinado texto ou imagem tem conteúdo ilícito, por ser ofensivo, não atua de forma ágil, retirando o material do ar imediatamente, passando a responder solidariamente com o autor direto do dano, em virtude



da omissão em que incide; II) não mantiver um sistema ou não adotar providências, que estiverem tecnicamente ao seu alcance, de modo a possibilitar a identificação do usuário responsável pela divulgação ou a individuação dele, a fim de coibir o anonimato.

3. O fornecimento do registro do número de protocolo (IP) dos computadores utilizados para cadastramento de contas na internet constitui meio satisfatório de identificação de usuários.

4. Na hipótese, a decisão recorrida dispõe expressamente que o provedor de busca foi notificado extrajudicialmente quanto à criação de perfil falso difamatório do suposto titular, não tendo tomado as providências cabíveis, optando por manter-se inerte, motivo pelo qual responsabilizou-se solidariamente pelos danos morais infligidos à promovente, configurando a responsabilidade subjetiva do réu.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1402104/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 18/06/2014)

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ORKUT. REMOÇÃO DE CONTEÚDO REPUTADO OFENSIVO. POSSIBILIDADE.

MONITORAMENTO PRÉVIO DE PUBLICAÇÕES NA REDE SOCIAL. FORNECIMENTO DE DADOS PESSOAIS. IMPOSSIBILIDADE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. PRESENÇA.

ASTREINTES. OBRIGAÇÃO IMPOSSÍVEL. AFASTAMENTO.

- Ação ajuizada em 12/09/2008. Recurso especial interposto em 06/03/2012 e distribuído a este gabinete em 26/08/2016.

- Não subsiste a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/1973, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

- Esta Corte fixou entendimento de que "(i) não respondem objetivamente pela inserção no site, por terceiros, de informações ilegais; (ii) não podem ser obrigados a exercer um controle prévio do conteúdo das informações postadas no site por seus usuários;

(iii) devem, assim que tiverem conhecimento inequívoco da existência de dados ilegais no site, removê-los imediatamente, sob pena de responderem pelos danos respectivos; (iv) devem manter um sistema minimamente eficaz de identificação de seus usuários, cuja efetividade será avaliada caso a caso". Precedentes.

- Ainda que não exija os dados pessoais dos seus usuários, o provedor de conteúdo, que registra o número de protocolo na internet (IP) dos computadores utilizados para o cadastramento de cada conta, mantém um meio razoavelmente eficiente de rastreamento dos seus usuários, medida de segurança que corresponde à diligência média esperada dessa modalidade de provedor de serviço de internet.



- Este Superior Tribunal de Justiça tem entendimento segundo o qual não constitui julgamento extra petita a decisão do Tribunal de origem que aprecia o pleito inicial interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo.

- Na hipótese, contudo, há julgamento extra petita se a autora requer a remoção e guarda de conteúdo on-line por seis meses e o Juízo obriga a recorrente a manter um "monitoramento prévio", pelo mesmo período, de determinado usuário de aplicação de internet.

- Há violação ao art. 461 do CPC/73 a imposição de multa cominatória para obrigação de fazer que se afigura impossível de ser cumprida, o que enseja o afastamento das astreintes.

- Recurso especial conhecido e provido."

(REsp 1342640/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 14/02/2017)

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE DADOS PESSOAIS. QUALIFICAÇÃO E ENDEREÇO.

IMPOSSIBILIDADE. REGISTRO DE ACESSO A APLICAÇÕES. MARCO CIVIL DA INTERNET. DELIMITAÇÃO. PROTEÇÃO À PRIVACIDADE. RESTRIÇÃO.

1. Ação ajuizada em 07/11/2016, recurso especial interposto em 07/11/2018 e atribuído a este gabinete em 01/07/2019.

2. O propósito recursal consiste em determinar, nos termos do Marco Civil da Internet, a qualidade das informações que devem ser guardadas e, por consequência, fornecidas sob ordem judicial pelos provedores de aplicação. Em outras palavras, quais dados estaria o provedor de aplicações de internet obrigado a fornecer.

3. Ainda que não exija os dados pessoais dos seus usuários, o provedor de conteúdo, que registra o número de protocolo na internet (IP) dos computadores utilizados para o cadastramento de cada conta, mantém um meio razoavelmente eficiente de rastreamento dos seus usuários, medida de segurança que corresponde à diligência média esperada dessa modalidade de provedor de serviço de internet.

Precedentes.

4. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é consolidada no sentido de - para adimplir sua obrigação de identificar usuários que eventualmente publiquem conteúdos considerados ofensivos por terceiros - é suficiente o fornecimento do número IP correspondente à publicação ofensiva indicada pela parte.

5. O Marco Civil da Internet tem como um de seus fundamentos a defesa da privacidade e, assim, as informações armazenadas a título de registro de acesso a aplicações devem estar restritas somente àquelas necessárias para o funcionamento da aplicação e para a identificação do usuário por meio do número IP.



6. Recurso especial conhecido e provido. "

(REsp 1829821/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/08/2020, DJe 31/08/2020)

Para melhor elucidação da controvérsia, transcrevo entendimento doutrinário citado no voto proferido pela Ministra Nancy Andrichi, nos autos supramencionados. Confira-se:

*"Entre nós, como cediço, não há norma específica, opinando Marcel Leonardi que é dever dos provedores de internet, no momento de fazer a contratação com um usuário, colher todos os seus dados, principalmente nome, endereço e números de documentos pessoais válidos, e em alguns casos, os números de IP atribuídos e utilizados pelo usuário, os números de telefone utilizados para estabelecer a conexão e o endereço físico de instalação dos equipamentos informáticos utilizados para conexões de alta velocidade. A hipótese de os dados fornecidos pelo usuário não correspondem à realidade, não permitindo a sua identificação ou localização, para Marcel Leonardi sujeita os provedores a responder de forma solidária pelo ato ilícito cometido pelo terceiro que não puder ser identificado ou localizado. A proposta do autor, na verdade corresponde ao modelo pretendido e superado em sede de Direito Comparado, que configuraria o provedor de internet como solidariamente responsável por eventuais danos causados por usuários anônimos ou sem recursos para custear eventual condenação em uma demanda por danos. **E deve ser enfatizado que o fato de a arquitetura da internet permitir o acesso anônimo e não identificável é uma realidade intransponível, ao menos por ora, valendo mencionar o brocardo jurídico impossibilium nulla obligatio est (não há obrigação de coisas impossíveis). Para aceder à internet e obter uma conta de correio eletrônico (e-mail), basta dirigir-se a um cybercafé, ou até mesmo a outros locais, como as redes abertas em aeroportos e centros comerciais, apenas munido de um computador portátil, sem qualquer possibilidade efetiva de um provedor host ter controle sobre a real identidade do usuário em geral. Obviamente em muitos casos o usuário perpetrador de uma difamação, por exemplo, não terá como ser identificado ou alcançado. Para que esse ônus existisse, o formato atual da rede deveria ser reformulado (o que parece ser impensável ou impraticável) ou as cautelas exigidas de um provedor de conteúdo de terceiros seriam tantas que tornariam o serviço lento e excessivamente oneroso. A internet e seus serviços tiveram sua grande expansão em função da interatividade e da possibilidade de transações eletrônicas, não podendo ser aceitável a imputação de um ônus demasiado para os provedores, como o de garantir a real identidade de seus usuários. Contudo, cabe ao provedor de acesso conservar os dados existentes de seus usuários, apenas fornecendo-os por ordem judicial específica, sempre com um olhar em face de não poder ser exigido um dado impossível de ser informados.** (PAULO ROBERTO BINICHESKI. Responsabilidade civil dos provedores de internet: direito comparado e perspectivas de regulamentação no direito brasileiro. Curitiba: Juruá, 2011, p. 236)."*



No caso dos autos, o recorrente alega, em relação ao fornecimento de dados cadastrais, que *“trata-se de pedido material e juridicamente inexigível. Materialmente porque tal dado não é requerido para cadastro no serviço Facebook e Instagram e não é armazenado pelos servidores controlados pelo Operador dos serviços Facebook e Instagram; e, juridicamente porque a lei NÃO exige o armazenamento de tais dados pelos provedores de aplicações à Internet, como o é o Representado.”*

Nesse passo, interessante notar que o Decreto nº 8.771/2016, que estabelece procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações e medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública, prevê a não obrigatoriedade da coleta e do fornecimento de dados cadastrais dos usuários pelos provedores de internet. Vejamos:

“Art. 11. As autoridades administrativas a que se refere o art. 10, § 3º, da Lei no 12.965, de 2014, indicarão o fundamento legal de competência expressa para o acesso e a motivação para o pedido de acesso aos dados cadastrais.

§ 1º O provedor que não coletar dados cadastrais deverá informar tal fato à autoridade solicitante, ficando desobrigado de fornecer tais dados.”

Outrossim, no tocante ao armazenamento de dados pessoais, pelos provedores de aplicação de internet, há previsão específica no Decreto que ora se analisa:

“Art. 13. Os provedores de conexão e de aplicações devem, na guarda, armazenamento e tratamento de dados pessoais e comunicações privadas, observar as seguintes diretrizes sobre padrões de segurança.

(...)

§ 2º Tendo em vista o disposto nos incisos VII a X do caput do art. 7º da Lei nº 12.965, de 2014, os provedores de conexão e aplicações devem reter a menor quantidade possível de dados pessoais, comunicações privadas e registros de conexão e acesso a aplicações, os quais deverão ser excluídos:

I - tão logo atingida a finalidade de seu uso; ou

II - se encerrado o prazo determinado por obrigação legal.”

Da leitura dos dispositivos em comento, é seguro afirmar que o armazenamento de dados pessoais não é obrigação imposta aos provedores de aplicação da internet, não sendo exigível, por consequência, o fornecimento desses dados, mas tão somente dos registros de acesso.

Nesse esteio, já tendo o recorrente informado os dados de acesso e de conexão (ID 14988659), há a possibilidade de identificação dos usuários, sendo despiciendo o fornecimento de dados pessoais, cujo armazenamento não é imposto pelo Marco Civil da Internet, de modo que a obrigação, estipulada na sentença, de fornecimento de dados pessoais (RG, CPF, endereço residencial, IDs de computadores ou smartphones utilizados para gerir o perfil falso) é inexigível.

Isto posto, voto pelo provimento do recurso.



Rio de Janeiro, 20/04/2021

Desembargador RICARDO ALBERTO PEREIRA



Assinado eletronicamente por: RICARDO ALBERTO PEREIRA - 22/04/2021 14:53:35

<https://pje.tre-rj.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21042214254481500000025433646>

Número do documento: 21042214254481500000025433646